

em comum

**Boletim
de trabalhadores
das telecomunicações
e audiovisual**

Maio 2022, nº1



O Bloco está a promover um encontro nacional de trabalhadores das telecomunicações e audiovisual.

Na tarde de 7 de maio, junta-te ao debate sobre o que se passa nestes setores e sobre as formas de enfrentar a precariedade e a exploração.

A realidade dos trabalhadores das telecomunicações e do audiovisual é muito diversa. No entanto, há traços em comum, além daqueles que unem toda a classe trabalhadora. Com realidades distintas, nestes setores houve uma grande penetração do teletrabalho, trazendo consigo um retrocesso de direitos. A resistência a esse corte de direitos e pela regulamentação do teletrabalho deve unir os trabalhadores destes setores.

Os baixos salários e a estagnação salarial são também realidades transversais, não só a todos os trabalhadores das telecomunicações e do audiovisual, como a grande maioria da classe trabalhadora. O problema é ainda mais agudo no atual quadro

de inflação. A luta pela atualização salarial, pelo menos à taxa da inflação, é parte de uma luta mais ampla e deve mobilizar o conjunto do movimento sindical e das comissões de trabalhadores, dos movimentos sociais e da esquerda.

O Bloco de Esquerda conhece o meio, quer mudar o paradigma e juntar forças com todos os intervenientes da luta pelos direitos de quem trabalha.

A edição regular deste boletim e a realização do Encontro Nacional no dia 7 de maio (aberto a todos os trabalhadores) são passos nesse caminho, a fazer em comum dos trabalhadores das telecomunicações e do audiovisual.

Encontro Nacional de Trabalhadores das Telecomunicações e do Audiovisual

entrada livre

7 de maio

**📍 Rua da Palma, 268
(metro Martim Moniz)**

14:30 Abertura

Novas regras do teletrabalho, avanços e abusos com Ana Catarina Silva, jurista
Outsourcing e precariedade, a nova lei da selva com José Abrantes, sindicalista STCC

Contratação coletiva, condição para trabalho com direitos com Nelson Silva, coordenador da CT da RTP, sindicalista SINTTAV, dirigente CGTP

Estrutura e experiência de luta sindical com Manuel Afonso, ativista sindical

16h Painéis simultâneos

O estado dos setores e as perspetivas dos trabalhadores das Telecomunicações e do Audiovisual

17h30 Encerramento

com Manuel Gonçalves, presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Telecomunicações e Audiovisual (SINTTAV) e Catarina Martins, coordenadora do Bloco de Esquerda



Teletrabalho: resistências ao avanço

Patronato ensaia esquemas para contornar nova lei

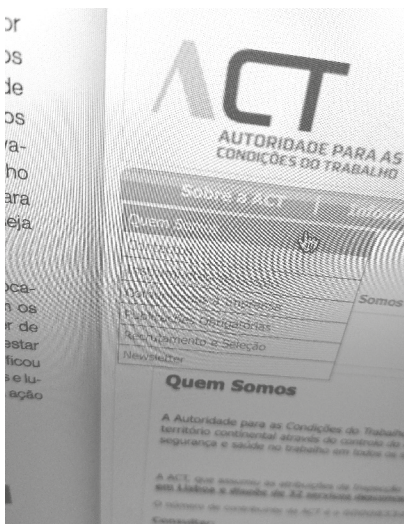
O reforço da regulamentação do teletrabalho foi aprovado pelo Parlamento no final de 2021, a partir de uma iniciativa do Bloco de Esquerda. A lei final foi bastante amenizada pelo PS, mas assegura proteção e um relevante quadro de direitos. No entanto, as novas regras do teletrabalho são mais avançadas do que a correlação de forças nos locais de trabalho. Esta realidade, muito visível no setor das telecomunicações, tem atrasado a aplicação da lei.

O Bloco de Esquerda promoveu, a 12 de abril, uma audição no parlamento sobre a aplicação do novo regime do teletrabalho. O objetivo foi fazer um balanço dos primeiros meses de aplicação da nova lei, em vigor desde o início do ano e juntar argumentos de resposta às estratégias patronais para resistir às novas regras. A iniciativa contou com os contributos de Manuel Gonçalves (presidente do SINTTAV), Maria Helena Rodrigues (presidente do STE) e João Leal Amado (jurista). A sessão teve a participação de dezenas de trabalhadores e ativistas sindicais, com vários testemunhos da realidade em diferentes setores.

As principais dificuldades estão relacionadas com o (não) pagamento do acréscimo de despesas do trabalhador (água, luz, internet, mobiliário ergonómico, etc.) pelas empresas. Em alguns casos, a estratégia patronal passa por contornar a redação da lei; noutros casos, os trabalhadores já contratados em regime de teletrabalho são forçados a assinar acordos em que abdicam voluntariamente destes valores, sob chantagem de regresso ao trabalho presencial, que muitos querem evitar, seja para poupar em deslocações e alimentação, seja para evitar ambientes laborais pesados.

Foram também referidos obstáculos colocados a sindicatos e CTs no contacto com os trabalhadores e o desrespeito pelo dever de desconexão profissional que passou a estar previsto na lei. Em todas estas matérias, ficou clara a necessidade de denunciar abusos e lutar pela correta interpretação da lei, pela ação sindical e política.

.02



Patrões boicotam organização dos trabalhadores... com ajuda da ACT!

Um dos efeitos do teletrabalho é o isolamento dos trabalhadores e a perda de relação com colegas e com as organizações que os representam. É cada vez mais importante assegurar que as comissões de trabalhadores e sindicatos têm acesso aos contactos de quem está em teletrabalho. A nova lei estabelece que estas organizações têm o direito a comunicar com os trabalhadores, fazer chegar informações ou convocatórias através "de lista de distribuição de correio eletrónico para todos os trabalhadores em regime de teletrabalho, disponibilizada pelo empregador". No entanto, as empresas continuam a desobedecer

a esta obrigação. Há administradores, como os da RTP, que, em vez de disponibilizarem os contactos, organizam uma "lista de distribuição", intermediando assim a comunicação com os trabalhadores. Se esta interpretação vingasse, as organizações representativas nunca teriam acesso aos contactos individuais dos colegas.

O mais grave é que este boicote patronal a um direito constitucional está a ser validado pela própria Autoridade para as Condições do Trabalho, em nome da... proteção de dados! Assim, é a própria ACT que está a sabotar a lei, em vez de, como é sua missão, zelar pelo seu cumprimento.

Armatis em greve por aumentos salariais

Os trabalhadores da Armatis estiveram em greve a 14 de fevereiro, convocados pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Telecomunicações e Audiovisuais (SINTTAV). Esta empresa de gestão de call centers (Porto, Guimarães e Lisboa), vem impondo o congelamento salarial e recusando a negociação. Apesar de anos de promessas de aumento e do compromisso de acompanhar o ritmo de progressão do

salário mínimo nacional, a empresa limitou-se a incorporar o valor de alguns prémios no salário fixo - sem qualquer aumento real na remuneração.

Em comunicado, o SINTTAV denuncia o silêncio da empresa desde a greve. A Armatis conhece, desde 2019, o pormenor das reivindicações: revisão dos salários e do subsídio de alimentação, respeito pelos compromissos assumidos e não cumpridos - a diferença de 50 euros entre escalões remuneratórios e aumentos anuais ao ritmo da evolução do salário mínimo nacional.



O rasto da Altice

A Altice Portugal teve 2300 milhões de euros de receitas em 2021 (+9%). No mesmo ano, fez o despedimento coletivo de trezentas pessoas.

Recuemos no tempo: 2011 foi o princípio do fim, com a aprovação em Assembleia Geral de acionistas do fim dos direitos especiais (*golden share*) do Estado na Portugal Telecom, decorrente do acordo com a Troika, que também retirou o Estado das posições que detinha também na EDP e Galp. É hoje público que, no final de 2010, a PT tinha 4992 milhões de euros enterrados no BES e no GES (em depósitos, títulos e outros ativos). Uma enormidade de dinheiro que, em Maio de 2014, representava 98% das disponibilidades de tesouraria da PT aplicadas no universo Espírito Santo. Um ato de gestão capaz de fazer corar qualquer gestor mediano. A perda de 900 milhões na Rioforte precipitou a derrocada e abriu apetites. O que ferrou mais fundo foi a Altice. Muita comunicação social vangloriou um empreendedor minhoto que deu o salto para França e subiu a pulso. Isabel dos Santos ficou para trás e nem se consegue perceber, ao que sabemos hoje, se teria sido ainda pior.

A multinacional franco-israelita entrou a matar, em 2015: impôs a obrigatoriedade de um cartão-refeição aos cerca de 10 mil trabalhado-

res, desrespeitando o acordo que existia e prejudicando as contas da Segurança Social em muitos milhões por ano. O Governo do PS viu e assobiou para o lado. Olharam para a rubrica das despesas com trabalhadores e cortaram, sem freio. Mudaram drasticamente, nestes poucos anos, o paradigma do negócio e as redes de clientes e fornecedores, com quem foram implacáveis e inconvenientes. “Ontem” dizia-se que era “boa gestão”, hoje já se interiorizou que se trata de uma agressividade fora do normal, excessiva e abusiva.

A meio caminho deram-se a conhecer, pela negativa, com o processo da transmissão de estabelecimento, forçando trabalhadores a romper com o passado, revelando frieza desmedida. Criaram empresas “à medida”, de parceiros escolhidos a dedo, venderam património à descarada, foram multados pela Autoridade da Concorrência e pela União Europeia, são investigados pelo Ministério Público, alienaram bens e serviços para encher os bolsos do acionista, insistem numa política de retirada de direitos e diminuição de garantias, maximizando o lucro sob a capa de um discurso que já não engana os mais incautos. Em 2021, o grupo Altice Portugal registou um crescimento das receitas de 9,1%, atingindo 2314 milhões de euros. No mesmo ano, fez o despedimento coletivo de trezentas pessoas. Até os mais fervorosos liberais terão vergonha de aplaudir tais práticas.

Intelcia: o rato pariu uma montanha

Presidente da Altice prometeu integração dos trabalhadores dos call centers, mas já deportou 7000 para a Intelcia.

Em 2020, Alexandre Fonseca, CEO da Altice, anunciou que milhares de trabalhadores dos call centers do grupo deixariam as empresas externas e seriam integrados na Altice. Para quem não conhecesse a agressividade patronal do grupo Altice, quase parecia um anúncio de combate ao *outsourcing* e à precariedade. Desde então, várias notícias falam da entrada de milhares de trabalhadores na... empresa de *outsourcing* da Altice, a Intelcia! No final do ano de 2020, a Intelcia já era o principal prestador de serviços de call center em todo o grupo.

Para estes trabalhadores, mantém-se tudo igual. Continuam precários, com salários baixos, anos a fio sem passarem a efetivos. Não têm acesso à contratação coletiva. Por esta via, a Intelcia, atualmente com sete mil trabalhadores, já é maior que a empresa-mãe, a MEO. A antiga PT, privatizada, terceirizou-se a si própria e virou um monstro de precariedade. A Intelcia afinal era um rato capaz de parir uma montanha!

Testemunho de uma trabalhadora de call center

Estou nos call centers há um ano e já vou no terceiro. Comecei no pico da pandemia, na Intelcia. Estranhei logo no início: apesar de o teletrabalho ser então obrigatório, fui contratada para trabalhar presencialmente. Todos os dias tinha de apanhar transportes e trabalhar com centenas de pessoas. Só colegas de risco estavam em teletrabalho. Foi lá que apanhei Covid. Mas a pior doença era a pressão das chefias, o caos e o desamparo. Despedi-me em poucos meses e entrei para a Sitel. Ai fui contratada diretamente para trabalhar em casa. Fizeram-me assinar um contrato em que abdicava do subsídio de alimentação. Mas não me importei: ia estar descansada e segura, sem covid nem chefes a pressionar. Que ilusão! Telefone e chats não paravam, mesmo fora do horário de trabalho. Quando a nova lei foi aprovada, obrigando a empresa a desconectar, nada mudou. Passaram a pagar-me 15 euros mensais para despesas de teletrabalho. Mas os colegas que têm contratos antigos recebem mais de 100 euros só de subsídio de alimentação. Apesar de trabalhar em duas línguas estrangeiras, recebo pouco mais do que o salário mínimo. Nem a lei do teletrabalho é cumprida, nem eu sou respeitada. Vou ao Encontro de trabalhadores das telecomunicações porque quero soluções para a minha vida.

— “Teresa”, trabalhadora de call center

03.

Solidariedade com Freddy Gil!

Multinationais atuam como *gangsters* acima da lei. Há seis anos a trabalhar pela Randstad (prestando serviço à Apple), este imigrante venezuelano é delegado do Sindicato dos Trabalhadores dos Call Centers e reconhecido ativista junto da comunidade imigrante que existe naquela empresa.

Foi colocado em casa durante meses, sem funções, perseguido e despedido por ser sindicalista num setor viciado na exploração. Recorreu a tribunal e ganhou, estando a empresa obrigada a reintegrá-lo. Passaram cinco meses e a Randstad continua a desobedecer à sentença, querendo agora integrá-lo num processo de despedimento coletivo.

Toda a solidariedade com o Freddy e com o seu exemplo de luta. Ninguém larga a mão de ninguém!



Continua a luta contra a precariedade na RTP

Há processos com quatro anos de atraso e nova precariedade a crescer

O programa de regularização de vínculos precários no Estado (PREVPAP) foi possível porque o Bloco de Esquerda o colocou, em 2015, como condição para o início do ciclo da “geringonça”. O programa trouxe alguma justiça laboral ao contexto de precarização da RTP, que se arrasta há longos anos. Entre trabalhadores com contrato de prestação de serviços e em regime de *outsourcing*, cerca de 400 precários aderiram ao programa. Esta foi também uma oportunidade para a renovação de quadros da empresa. Não ficou tudo na mesma. Dos cerca de 400 casos, cerca de 270 viram mesmo regularizado o seu vínculo com a RTP.

No entanto, como em tantas outras matérias, o Governo PS não respeitou as suas promessas e o PREVPAP, que deveria ter terminado no final de 2017, ainda hoje não concluiu as homologações. Cerca de trinta trabalhadores continuam à espera de uma decisão e com as suas vidas suspensas, enquanto 94 viram simplesmente recusada a homologação.

Neste momento, a RTP já regista novamente cerca de 210 trabalhadores precários, ainda abaixo do que se registava antes do PREVPAP, mas igualmente preocupante.

O processo foi muito conturbado, com muita resistência da administração da RTP. Só a organização dos trabalhadores precários e a permanente pressão da Comissão de Trabalhadores (CT) permitiram, passo a passo, a regularização de muitas situações que a administração queria deixar de fora.

Trabalhadores querem representante na administração

.04 Os trabalhadores da RTP não desistem do seu direito a ter um representante no Conselho de Administração da empresa. Em fevereiro de 2021, a CT realizou eleições para escolher este representante.

No entanto, a presença dos trabalhadores continua a ser bloqueada, com a administração a argumentar que os estatutos da RTP (aprovados pelo Governo PSD/CDS quando Miguel Poiars Maduro era titular da pasta) prevêm apenas três elementos no Conselho de Administração, excluindo a representação dos trabalhadores. Por seu lado, os trabalhadores argumentam com o artigo da Constituição que confere o direito às CT de promoverem a eleição de representantes para os órgãos sociais de empresas pertencentes ao Estado ou a outras entidades públicas.

Ao longo dos anos, os trabalhadores e a sua Comissão foram quem permitiu o escrutínio de muitas manobras lesivas do interesse público e da empresa. A sua presença na Administração é uma forma de aumentar este controlo da atividade e das decisões tomadas na RTP.



FOTO: LUSA

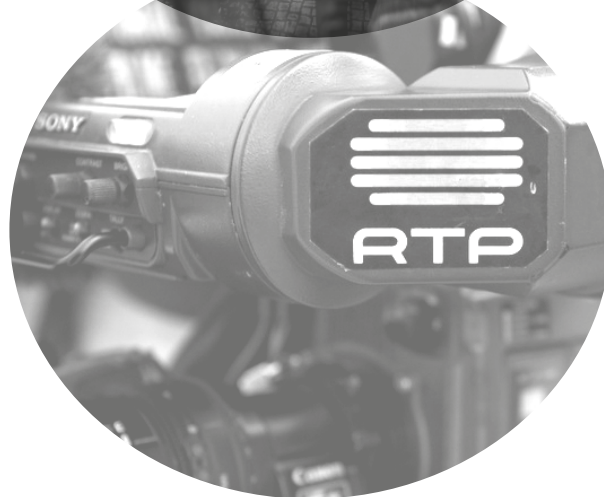


FOTO: PAULETE MATOS

contacta-nos!



Para participar na organização do teu setor, esclarecer dúvidas ou denunciar situações de abuso, envia email para bloco.esquerda@bloco.org